

Cargos à disposição, uma praxe

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, e os ministros Pedro Simon, da Agricultura, e José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil, garantiram ontem que colocarão seus cargos à disposição do presidente José Sarney para deixá-lo à vontade na escolha de sua equipe de auxiliares. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, porém, acredita que essa decisão não é necessária, pois trata-se de cargos de confiança, e que é rotina colocá-los à disposição. De qualquer forma, Sarney já decidiu que José Hugo, Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Bayma Denys, do Gabinete Militar, permanecerão em seus postos.

Segundo Fernando Henrique, apesar das diferentes visões sobre os melhores procedimentos a serem adotados na área política, deverá prevalecer o cronograma fixado por Tancredo Neves, cujo ponto principal é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. O senador acredita que existem condições de entendimento entre as forças políticas do País sobre a questão, mesmo admitindo que os governadores Franco Montoro, de São Paulo, Hélio Garcia, de Minas, e Leonel Brizola, do Rio, possam opor-se à data. "Mas nada indica que isto venha a acontecer", acrescentou.

Para o senador, os grandes problemas brasileiros estão situados nos planos econômico e social, defendendo uma postura de realismo e sinceridade nas negociações com as categorias envolvidas em greves, com os negociadores do governo cedendo naquilo que for justo e possível e usando de total franqueza quando for necessário dizer "não". Segundo ele, quando a oposição se converte em governo e encontra uma sociedade com elevado nível de demanda e recursos escassos para seu entendimento, é preciso adotar uma posição em que todos os atos sejam acompanhados das devidas explicações.

O líder do governo lembrou ainda que o País "espera um governo que atue pensando em seus problemas e discuta menos as querelas internas de indivíduos e de grupos e se empenhe mais na realização de obras capazes de dar substância ao programa da Aliança Democrática". Por isso, apesar de colocar seu cargo à disposição de Sarney, acha que as mudanças serão eventuais e limitadas. Para Fernando Henrique, todo o poder deve estar voltado para a preparação da Assembleia Nacional Constituinte.

A convocação da Constituinte também é defendida pelo governador do Paraná, José Richa, como um dos pontos principais do cronograma político de Tancredo que precisa ser respeitado. Segundo ele, a convocação da Constituinte em 1986 é uma "medida certa, desejada por Tancredo", assim como um mandato presidencial de quatro anos. O governador garantiu que "os ideais de Tancredo e seus compromissos serão res-

peitados e em torno de sua memória se desenvolverão os entendimentos políticos que se abrem a partir de agora de maneira plena".

Também o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, afirmou em Recife, que "o legado de Tancredo Neves fica sendo para nós um roteiro e um compromisso e a reafirmação dos seus compromissos explícitos, como a questão dos desníveis regionais" Jader Barbalho, do Pará, foi outro governador a utilizar a expressão "legado político de Tancredo", que, segundo ele, compete à classe política e ao governo administrar. "A diretriz a seguir está estabelecida e foi reafirmada, como compromisso pessoal, nas praças públicas" comentou. Conforme ainda o governador paraense, este é o momento "da consolidação das instituições, tarefa que está acima de interesses partidários ou pessoais".

"Não há por que dar trégua, não há por que reivindicar", acrescentou em Manaus o governador Gilberto Mestrinho, pouco antes de embarcar para Brasília. Segundo ele, com José Sarney na Presidência, o governo "dará prosseguimento aos compromissos assumidos pelo presidente Tancredo Neves, daí porque não há razão para cobrança ou trégua. O momento é de confiança". Seu colega do Espírito Santo, Gerson Camata, adiantou ainda em Vitória, que os governadores que apoiaram Tancredo estarão em Brasília na terça-feira para, publicamente, manifestarem apoio, desta vez a José Sarney.

O ministro da Casa Civil José Hugo Castelo Branco, por sua vez, considerou a classe política "amadurecida, o povo consciente e sofrido", o que levará todos a se unirem no sentido de preservar os princípios deixados por Tancredo. Ele desembarcou domingo em São Paulo junto com o chefe da Casa Militar, general Rubem Bayma Denis e com o chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, Carlos Eduardo Alves Souza. José Hugo garantiu que os planos políticos de Tancredo serão colocados em ação "imediatamente e que não haverá risco algum de retrocesso, pois Sarney conta com o apoio de classe política e também da militar. Para ele, a prioridade não é a Constituinte, mas o projeto maior da Nova República.

Segundo o ministro da Casa Civil, seria importante ainda que todos os integrantes do primeiro escalão colocassem seus cargos à disposição de Sarney, por uma questão, no mínimo, de delicadeza. O seu próprio cargo será colocado à disposição após as cerimônias fúnebres de Tancredo Neves.

APOIO DA OPOSIÇÃO

Mesmo nos partidos de oposição, a posse de Sarney na Presidência foi assimilada rapidamente e a discussão, a partir de agora, são os rumos do seu governo. O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Vianna, afirmou que a frustração pela ausência de Tancredo pode ser superada "rapidamente dependendo da competência de José Sarney". Ele expli-

cou que o presidente eleito se havia comprometido com uma série de mudanças sociais e políticas, gerando expectativa na população. "Por isso, acho que Sarney terá de agir com competência e velocidade. O governo tem de ser célere para que não haja vácuo de poder que termine sendo ocupado pelo desespero."

"O Brasil não pode parar", restimiu, por sua vez, o presidente do PDS, senador Amaral Peixoto. Ele defendeu o cumprimento da Constituição, mas foi evasivo ao comentar as possibilidades futuras do novo governo: "Não podemos saber como ele vai agir. Nem temos de procurar influenciar o governo dele. Ele escolherá os caminhos. Nossa posição será determinada pelos caminhos que ele seguir".

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, garantiu em nota oficial que apoia a posse de Sarney na Presidência, como manda a Constituição, mas o seu presidente, Luís Ignácio da Silva, comentou que Sarney terá mais dificuldades para governar porque não terá a mesma sustentação de Tancredo junto à Aliança Democrática. Ao mesmo tempo, Lula cobrou posições mais claras do novo presidente, como a convocação da Constituinte ainda este ano, para que sejam definidas a data da eleição direta para a Presidência e a duração do mandato presidencial.

Já o PDT gaúcho pensa em apresentar, o mais rápido possível, uma série de reivindicações ao presidente Sarney, tanto na área constitucional como na administrativa. O 1º vice-presidente nacional do partido, Alceu Collares, afirmou em Porto Alegre que, com Sarney, mais se fortalece a proposta do PDT de realização de eleições diretas em 1986, junto com a Assembleia Nacional Constituinte. Para ele, o ideal no momento é a formação de um pacto de união nacional, através do qual o governo seja sustentado não apenas pelo PMDB e pelo PFL, mas por todos os demais partidos, que poderiam até participar da administração.

O secretário-geral do PCB, Giocundo Dias, também reafirmou o apoio do partido ao presidente Sarney, mas o condicionou ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Aliança Democrática, como a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a realização de eleições presidenciais diretas em 1988. O PC do B, por sua vez, segue praticamente a mesma linha e, segundo o professor Arlindor Pedro, representante do partido no diretório regional do PMDB do Rio, um dos pontos considerados mais importantes entre as mudanças do novo governo é a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos.

Em Porto Alegre, o ex-ministro, chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, foi outro político a defender a posse de Sarney, afirmando que o Brasil "está em boas mãos". Para ele, no entanto, "os políticos precisam-se convencer de que chegou o momento da coalizão e da concórdia nacional".